



Vozes-mulheres angolanas na luta anticolonial, sentidos da liberdade

Dayane Augusta Santos da Silva¹

RESUMO

Com base em depoimentos orais, fontes militares e jornalísticas, este artigo propõe uma reflexão teórico-conceitual sobre as experiências de mulheres na luta anticolonial angolana. Interroga as circunstâncias em que essas sujeitas foram chamadas a se posicionar e, ao fazê-lo, reconfiguraram suas trajetórias e papéis, abrindo novos caminhos para se pensar a mudança. Trata-se de um artigo que, além de acentuar a participação dessas mulheres em atuações específicas nas diferentes províncias de Angola, realiza também um exercício interpretativo a partir do Livro da paz das mulheres angolanas, de Dya Kasembe e Paulina Chiziane, como forma de compreender a tomada de posição dessas mulheres frente ao contexto dos treze anos da luta de libertação. As “vozes” aqui reunidas oferecem interpretações da história, revelando tanto os sucessos quanto os limites de um processo de independência impulsionado, inclusive, por mulheres de várias regiões de Angola, na condição de protagonistas. Optou-se por privilegiar narrativas anônimas, não como expressão de uma história definitiva, mas como parte do que lhe confere verossimilhança. Além de evidenciar outras lógicas de pertencimento e de construir pontes e diálogos, entendo as mulheres angolanas anônimas como sujeitas de suas próprias histórias, na condição de coautoras da luta contra o colonialismo.

Palavras-chave: Angola; Mulheres; Luta anticolonial; Narrativas.

¹ Dayane Augusta Santos da Silva é doutora em História Cultural, Memórias e Identidades (2021), com estágios de pesquisa em Luanda/Angola (2018 e 2019) e período sanduíche na Universidade de Lisboa/Portugal (2019-2020). É também mestre em História Social (2014) e graduada em História pela Universidade de Brasília. Atualmente, é professora de História no Instituto Federal de Brasília. E-mail: daygusta@gmail.com.



Introdução

Publicado no ano de 2008 em Luanda, *O livro da paz da mulher angolana – as heroínas sem nome*, organizado por Dya Kassembe e Paulina Chiziane, é um empreendimento que constituiu trabalho multidisciplinar de 18 pessoas de diferentes nacionalidades — Angola, Moçambique e Noruega² — e reuniu um conjunto de depoimentos sobre os vários aspectos do cotidiano e vida de mulheres das diferentes áreas rurais de Angola.

É um livro de memórias femininas que também parte do registro da insatisfação de mulheres pela limitada participação nos vários processos de negociação da paz em Angola. Nesse processo de recolha de informações, as entrevistadoras ficaram surpresas, pois, ao buscarem falar da paz, *mulheres primeiro falavam das guerras*³. Na perspectiva das autoras, é o “grito de milhares e milhares de mulheres angolanas que gostariam de ter tido a oportunidade de dizer algo, de ser escutadas, de poder explicar os seus anseios e vontade de construir uma nova nação”⁴.

As histórias contidas no livro configuram poderoso arsenal de investigação e descoberta de como mulheres, comuns, nas diferentes áreas geográficas de Angola, reagiram ante os desafios impostos pelas guerras. Essas mulheres, ao recordarem experiências subjetivas, levantam questões sensíveis que muitas vezes incluíam lembranças traumáticas, muitas delas protagonizando a luta como guerrilheiras.

Trata-se de um conjunto de relatos escritos a partir de testemunhos orais que possibilita um vislumbre, um “feixe de luz”, das relações sociais no período do colonialismo tardio angolano. Pode-se observar indícios das interações entre pessoas, nas formas de se relacionar, perceber, comunicar, celebrar, conviver.

Tal projeto inscreveu na memória e história de Angola narrativas não tradicionais de participação na guerra, os discursos das *heroínas sem nome*, relatos à margem das descrições dominantes de participação na história da luta anticolonial. O livro permite outras interpretações do cotidiano de guerra e, além disso, questiona

² KASSEMBE, Dya & CHIZIANE, Paulina. *O livro da paz da mulher angolana: as heroínas sem nome*. Luanda, Angola: Nzila, 2008.

³ Ibidem. p. 14.

⁴ Ibidem. p. 15.



representações de mulheres comuns supostamente a reboque dos movimentos de libertação. Portanto, por meio de exercício interpretativo, e com base nos depoimentos do *livro da paz da mulher angolana*, mas não somente, este artigo pretende discutir o contexto de luta anticolonial alicerçado na experiência de mulheres comuns, anônimas -, que participaram da guerra de libertação.

Na primeira parte do texto, proponho valorizar as memórias orais de mulheres angolanas; na segunda, a partir de uma base documental, busco compreender como se posicionaram na guerra de formas não convencionais. É importante destacar, contudo, que, na análise do *Livro da Paz da Mulher Angolana*, as memórias de diferentes conflitos – a luta de libertação e a guerra civil – frequentemente se entrecruzam. Não é possível delimitar de modo rigoroso quais relatos pertencem ao período anticolonial e quais se referem à guerra civil. O que proponho, contudo, é um exercício interpretativo que, ao recuperar elementos contextuais do período da guerra de independência, procura evidenciar as condições históricas, sociais e políticas que justificaram – e, em muitos casos, impuseram – a entrada dessas mulheres no conflito.

Ou seja, a aproximação com o período histórico da luta de libertação, articulada à idade enquanto categoria geracional, deu-se a partir das descrições dos acontecimentos característicos desses treze anos de guerra de independência, permitindo, simultaneamente, a identificação de continuidades que atravessam esses processos históricos. Embora alguns depoimentos remetam diretamente à guerra civil, meu foco recai sobre as ressonâncias da experiência, direta e/ou indireta, da luta anticolonial e de suas formas de atuação. Nesse sentido, um enquadramento mais robusto, ou de maior rigor crítico, poderia evidenciar as continuidades históricas entre a violência colonial e aquela exercida no período pós-colonial – aspecto que permeia alguns dos relatos mobilizados neste estudo e que merece aprofundamento em futuras investigações.

O fio que entrelaça as abordagens propostas em ambas as partes do texto é a busca por evidenciar outras lógicas de pertencimento, construir pontes e diálogos, e reconhecer mulheres angolanas anônimas como sujeitos de suas próprias histórias.



Por tratar-se de um estudo sobre mulheres cujas trajetórias permanecem em grande parte ausentes ou lacunares nas fontes escritas, recorri a um conjunto diverso de documentos históricos. O silêncio ou a ausência de registros, contudo, não deve ser confundido com a inexistência de acontecimentos.

Assim, o artigo organiza-se em três sessões principais. Na primeira, intitulada “Memórias úter-geracionais: vozes de mães e gerações”, busco compreender a tomada de posição dessas mulheres com base no estudo dos depoimentos do livro da paz da mulher angolana, perspectivando os discursos geracionais. Ou seja, considerando a “geração” como uma “unidade de medida”. A segunda sessão, “A ação anticolonial dos boatos: entre o “ver” e o “ouvir dizer”, explora uma forma pouco discutida de atuação feminina na luta anticolonial: a circulação de boatos e rumores durante a guerra de libertação, destacando a oralidade como ferramenta estratégica de mobilização e resistência. Na sequência, em “Entre notas e resistência — a canção como instrumento de contestação”, analiso o papel das canções de guerrilha no combate ao colonialismo, enfatizando sua relevância tanto no recrutamento de pessoas para a guerra quanto na resistência cultural, sobretudo pelo uso das línguas nacionais angolanas. Em “Testemunhas oculares da guerra: o papel das mulheres angolanas como informantes” discuto o lugar dessas mulheres como “olhos” e “ouvidos” do conflito, evidenciando o duplo caráter, ambíguo e ambivalente, de sua atuação enquanto informantes — ora colaborando com os movimentos de libertação, ora servindo à PIDE/DGS. Por fim, na “Conclusão”, retomo as questões centrais trabalhadas ao longo do texto, reforçando a importância das múltiplas formas de participação feminina na luta anticolonial e suas ressonâncias históricas.

Memórias úter-geracionais: vozes de mães e gerações

Marcada por *nova política colonial* que começa a emergir no final dos anos 1950, “no quadro de uma estratégia de contra subversão”, a preocupação das autoridades portuguesas com as mulheres de Angola foi alvo de profundo e amplo interesse. Insere-se no contexto abrangente das políticas de “desenvolvimento”, “integração” e “incorporação” identificadas ou associadas com as ideias de “lusitanidade” e



“portugalidade”, termos muito usados em Angola depois de 1961⁵. Isso diz respeito a um conjunto de iniciativas estratégicas do governo português no sentido de manter um colonialismo inovado, de natureza econômica, mas prioritariamente política

Após 1961, a participação das mulheres na luta anticolonial exigiu delas um posicionamento. Havia todo um clima de medo, insegurança, dúvida quanto ao futuro, revoltas. E, se antes havia hesitações quanto à entrada ou não na guerra, após o início oficial da luta armada, para algumas mulheres, principalmente aquelas que viviam nas aldeias do interior de Angola, tal fato se reconfigura. Tendo isso em vista, como mulheres nascidas antes, nos anos de 1940 e 1950 do século XX, e gerações seguintes, elaboraram concepções específicas de sua participação na luta?

Não foram todas as mulheres que participaram da luta de libertação de Angola, nem sequer eram integralmente jovens e determinadas. E as que entraram nem sempre tinham o ímpeto de mudança estrutural. Algumas foram inseridas na guerra, compelidas a, em sentido estrito, lutar pela sobrevivência e buscar por direitos. Outras foram por vontade própria, fardadas e organizadas nas forças militares dos movimentos de libertação. Outras ainda, coagidas ou voluntariamente, inserem-se mais no final da luta anticolonial, em 1974. São narrativas que não podem ser entendidas de forma generalizada.

As circunstâncias que levaram à participação das mulheres de Angola na luta são múltiplas e singulares. Para as que nasceram nas províncias, por exemplo, em alguns casos, a entrada na guerra motivada pelo enfrentamento às dificuldades que afetavam sua vida no campo do trabalho e pessoal — analfabetismo, políticas que não atendiam necessidades locais, fome, deslocamentos incessantes, lavras destruídas, raptos.

O envolvimento na luta como devoção aos filhos, na garantia de um futuro melhor, em defesa do direito de viver e a libertação do território angolano, mas não inicialmente como algo central são motivações diferentes das mulheres que viviam nos grandes centros urbanos de Angola, nas cidades, onde os efeitos da guerra teriam menor impacto quando comparado às regiões do interior⁶.

⁵ HEIMER, Franz-Wilhelm. *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976*. Um ensaio em Sociologia política. Lisboa, A regra do Jogo, 1980. p. 21.

⁶ BOSSET, Juliana. *A cidade e a guerra*. Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de



Muitas daquelas que se conheceram na luta provavelmente não teriam uma relação de proximidade ou estariam juntas, defendendo a mesma causa, em outro contexto. As famosas guerrilheiras angolanas talvez não se conhecessem em outra circunstância. Três delas, Lucrécia, Teresa e Engrácia, de origem camponesa, oriundas das zonas rurais de Angola, em outra ocasião, talvez não tivessem contato com Deolinda Rodrigues e Irene Cohen, cidadinas. Deolinda, de formação religiosa e universitária Metodista, com seus estudos e viagens por diversos países, desde muito cedo passou a compor os quadros revolucionários do MPLA (Movimento Pela Libertação de Angola), com concepções articuladas aos objetivos de luta. Foi uma das dirigentes destacadas, membro do comitê diretor e uma das líderes da OMA (Organização da Mulher Angolana), a organização feminina⁷.

Irene Cohen, de muito cedo, ligou-se às atividades da Associação dos Naturais de Angola (Anangola), organização de caráter nacionalista que divulgava “a cultura nacional emergente mediante encontros, apresentação de obras, declamação de poemas de poetas angolanos revolucionários como Agostinho Neto, Antônio Jacinto e outros”⁸. Por volta de 1963, incorpora-se ao grupo católico progressista de Santa Cecília⁹. Na contramão do ideal instrumental de portugalidade, em Luanda houve organizações femininas católicas, como o caso do Grupo Feminino de Santa Cecília, de “importante papel na tomada de consciência de muitos jovens. Algumas das quais se juntaram a luta pela independência”, como o caso de Irene Cohen, uma das cinco guerrilheiras heroínas do MPLA¹⁰.

O grupo de Santa Cecília foi um coletivo de jovens mulheres urbanas, de diferentes faixas etárias, que organizava espetáculos de danças, teatro, poesias, desfiles de trajes tradicionais africanos, e possuía uma espécie de conscientização de

Luanda (1961-1975). Niterói, 2014. Dissertação de mestrado.

⁷ RODRIGUES, Limbânia Jimenez. *Heroínas de Angola*. Luanda: Mayamba, 2010. p. 37.

⁸ Ibidem. p. 59-60.

⁹ D'ANTAS, Lizete. *Grupo feminino de Santa Cecília e o clero católico progressista nos anos sessenta*. Luanda: Instituto Nacional das Indústrias Culturais – INIC, 2012.p. 35-42.

¹⁰ NETO, Maria da Conceição. Igrejas cristãs e o nacionalismo angolano: o paradoxo católico. In *Mulemba – Revista da Faculdade de Ciências Sociais da UAN* – 2013, Vol. III nº 6. p. 16. CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA. História do MPLA. (Vol. I 1940-1966). Luanda: 2008. p. 43.



pertença¹¹. Grande parte de suas integrantes “pertenciam a família onde a africanidade, a emancipação e a luta pela igualdade eram um dos pontos da educação dessas mulheres”¹². Vigiadas pela PIDE, “parte dos seus membros compreendeu a necessidade de lutar pela liberdade política de Angola”¹³.

E, embora existam discursos que legitimam e valorizam a participação delas enquanto heroínas, essas mesmas mulheres os interpretam, aceitam ou rejeitam (em termos parciais), a depender do seu contexto. Vale ressaltar que os discursos produzidos a partir dessa vivência são construções sociais, podendo ser modificados dependendo do contexto e saberes específicos.

Com isso quero dizer que não existe forma de analisar as experiências das mulheres que participaram, voluntariamente ou por imposição, na luta anticolonial, sem relacioná-las com o contexto social mais amplo, que são os discursos normatizadores e políticas daí decorrentes sobre/para essas mulheres na sociedade.

Conforme analisou o historiador angolano Fidel Reis, houve um conflito duplo nesse período: o que opunha colonizador e colonizados; e, aquele entre os próprios movimentos de libertação, a FNLA (Frente Nacional Pela Libertação de Angola) e o MPLA (Movimento Pela Libertação de Angola), e mais tarde, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). E, simultaneamente, o desencadear da luta anticolonial¹⁴.

A partir disso, como forma de compreender a tomada de posição dessas mulheres diante das adversidades que se impunham na época, analisei os relatos de algumas das entrevistas realizadas por Dya Kassembe e Paulina Chiziane, publicadas no *Livro da Paz da Mulher Angolana – as heroínas sem nome*¹⁵. Resultado de projeto realizado em 2006, envolvendo mulheres de diferentes estratos sociais de seis províncias de Angola — Bié, Cabinda, Huíla, Kwanza Sul, Luanda e Malanje —, é obra

¹¹ D'ANTAS, Lizete. *Grupo feminino de Santa Cecília e o clero católico progressista nos anos sessenta*. Luanda: Instituto Nacional das Industrias Culturais – INIC, 2012. p. 14.

¹² Ibidem. p. 35.

¹³ RODRIGUES, op. cit., 2010. p. 62.

¹⁴ REIS, Fidel Raul Carmo - *Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996) - A configuração do campo político angolano: contributo para o estudo das relações raciais em Angola*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2010. p. 20.

¹⁵ KASSEMBE, Dya; CHIZIANE, Paulina. *O livro da paz da mulher angolana – as heroínas sem nome*. Luanda: Nzila, 2008.



que busca demonstrar como a mulher foi afetada pela guerra nas diferentes áreas geográficas onde os depoimentos foram recolhidos ¹⁶.

Por meio da publicação dessas entrevistas, lidas individualmente, mas selecionadas com base na idade e datas de nascimento (aproximadas) dessas mulheres, separei as narrativas em três grandes grupos, como forma de identificar as gerações a que pertenceram e suas escolhas, motivações, no contexto de guerras¹⁷, sem querer partir de uma perspectiva estanque na forma como pensavam e agiam. Ressalto que as datas de nascimento possuem margem de erro, pois em vários casos foram identificadas com base na diferença entre a data de realização do projeto e a idade informada.

A geração é aqui compreendida como uma escala móvel do tempo; “incontestavelmente uma estrutura que a análise histórica deve levar em consideração, o que, diga-se de passagem, contribui — se é que isso é preciso — para reabilitar os acontecimentos”¹⁸. É vista, portanto, em compassos, como uma “história em sanfona”, que ao dilatar ou encolher move-se ao sabor da frequência dos fatos inauguradores. É elástica.

No seio dos movimentos de libertação, por exemplo, conviveram várias gerações que despertaram para o debate político em contextos distintos. A cultura política de seus integrantes foi forjada sobretudo no tempo de suas juventudes. A geração é, nesse caso, conforme afirmou Sirinelli, uma “unidade de medida”¹⁹. Ou seja, pelo viés das culturas políticas, o domínio político também é afetado pelas gerações.

Os relatos da primeira geração analisados são compreendidos como de mulheres nascidas nas décadas de 1940 e 1950 e que cresceram em plena vigência do *Estatuto*

¹⁶ Ibidem. p. 11

¹⁷ Para fins metodológicos, tomei de empréstimo o método usado pela historiadora Georgina Vásquez, que ao realizar análise sobre a experiências de mulheres que não foram mães ao longo do século XX, divide-as em três grandes grupos geracionais. VÁSQUES, Georgina. *Da mãe que não fui: a experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX*. Universidade do Paraná. Curitiba, 2015. Tese de doutorado.

¹⁸ SIRINELLI, Jean- François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína.(orgs) *Usos e Abusos da História Oral*. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 133-134.

¹⁹ Ibidem. p. 135-136.



do *Indigenato*²⁰. Mulheres que viram suas mães vivenciarem o contexto jurídico da falta de direitos civis, a lida em atividades pouco remuneradas e profissões menores, a falta de escolaridade e a sujeição aos trabalhos forçados em plantações, roças de café, como criadas na casa dos colonos brancos, trabalhos nas estradas, caminhos de ferro.

Trata-se de geração de mulheres que se envolveram na guerra com crianças nas costas, algumas de arma na mão, solteiras ou casadas, e que cresceram numa época de pouco ou nenhuma opção na conquista da cidadania. A participação das mulheres dessa geração na luta anticolonial, como podemos perceber nos relatos abaixo, teve relação direta com os sistemas de classificações colonialistas, que sustentavam diferenças e hierarquizações, presentes em Angola, ao longo de todo o século XX.

Conforme afirmou Selina Makana, a maternidade é altamente considerada em diversas culturas africanas e, por esse motivo, além de informar a identidade social dessas mulheres, moldou seu envolvimento político. A luta anticolonial teve um impacto significativo na vida das mulheres e nas estruturas sociais das famílias angolanas²¹.

Nos relatos analisados no *Livro da paz da mulher angolana*, identifiquei narrativas em que elas expõem as dificuldades encontradas e que as teriam motivado a participar da luta anticolonial. São evidências do clamor da mulher africana e angolana diante dos obstáculos à sua integração social²². Constatei como tiveram escolhas fundamentadas com base nas experiências cotidianas, pela experiência do vivido ou daquilo que foi lembrado.

²⁰ De acordo com esse *Estatuto*, qualquer pessoa branca, independentemente dos rendimentos, modo de vida ou comportamento social, podia ser considerada cidadã e, no dizer do documento, possuía a “ilustração, hábitos individuais e sociais pressupostos para sua integral participação na sociedade portuguesa. O código permitia a inclusão de todos os brancos, em virtude da cor da sua pele, mas apenas muitos poucos não-brancos e estes geralmente em posições marginais. Decreto-Lei de 1954, artigo 2º a 60º. Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/635399/details/maximized>. Acesso em 24/08/2020.

²¹ MAKANA, Shieunda Selina. What the Body Remembers: Traumatic Narratives of War and the Wounded Female Body as Witness. In *The War Needed Women: Gender and Militarization in Angola, 1961-2002*. University of California: Berkeley, 2017. Degree of Doctor of Philosophy.

²² SILVA, Dayane Augusta Santos da. As mulheres angolanas no imaginário colonial português: uma breve análise histórica. In: Revista da pós-graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo - USP *Cadernos de campo*, vol. 32, nº 02, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v32i2pe207266>. Acesso em 27/08/2025.



Por exemplo, no relato de A. C., 65 anos, nascida aproximadamente em 1941, no Quilenda, a entrevistada declara que *“no tempo do colono era sofrimento. Se não trabalha na fazenda e na lavra do branco, não come. Se não lava roupa do branco não come. Eu fazia capuca de banana, (...) branco proibia a capuca porque estraga negócio dele, de vinho para os pretos, lá na loja”*. Narra que, tendo em vista essas disputas, morreram famílias inteiras²³.

Explica B. M., 60 anos, nascida próximo do ano de 1946, natural do Moxico, que foram as mulheres que fizeram *“guerra com os prortuguês”*. Assinala: *“você mulher ir sozinha na mata, luta contra português, ninguém te mandou. Você só querer acabar vingança de prortuguês contra nossa terra”*. Expõe que eram muitas as mulheres que combatiam nas matas, e que ali era lugar onde o gênero ficava em segundo plano. Conta: *“ali você esquece o que é mulher”*. Narra que os homens fugiam, e as mulheres tinham que se defender com a sua arma, embora com um dos filhos nas costas e o outro agarrado na calça da farda²⁴.

Soba, de 58 anos, nascida por volta de 1948, no bairro de Zunza, explica o trabalho que fazia com os militares vindos de muitos lugares de Angola. Relata que *“um tropa”* que vai à frente de combate não pode entrar em casa sem fazer a limpeza do corpo e do espírito, *“para não contaminar a família com os espíritos imundos de todos os lugares onde passou”*²⁵. Narra: *“todos filhos de Angola. Mas o que cessou a guerra não foram as armas, mas a união entre as pessoas”*.

T. A., de 61 anos, com data de nascimento por volta de 1945, explica que onde *“estavam a guerra não chegava, mas sofriam de fome e nudez”*. Narra: *“As sementes faltavam, a comercialização era impossível, até os animais domésticos fugiram para se refugiar nas matas”*²⁶.

Outra entrevistada, M.F., de 51 anos, nascida aproximadamente em 1955, afirma que *“a guerra fez sofrer muita gente, destruiu famílias...”*. Explica: *“naquela altura*

²³ Ibidem. p. 55.

²⁴ Ibidem. p. 35.

²⁵ Ibidem. p. 63.

²⁶ Ibidem. p. 130.



*tinha de se fugir à guerra com as trouxas na cabeça, se esconder tipo bicho na mata, é por causa da guerra que primeiro o meu pai morreu na tropa e depois a minha mãe*²⁷.

Como já assinalado, algumas dessas mulheres, na década de 1960, entre os quinze e vinte anos de idade, muitas com filhos, outras com suas mães, participaram, direta ou indiretamente da guerra, não necessariamente por opção. Com isso identifico um rastro geracional nessas motivações, não como algo rígido e imutável, ainda que me ancore em uma periodização temporal regular, mas como algo flexível e que articula saberes apoiados na experiência. É como afirma Selina Makana, uma década de violência colonial e subjugação racial foi caminho forte o suficiente para ativar a memória coletiva das angolanas²⁸.

A ideia aqui é a da compreensão das condições históricas que criaram a atmosfera social e política de Angola no período de luta anticolonial. E, por sua vez, estimularam o envolvimento direto ou indireto dessas mulheres na guerra. Essas breves referências permitem esboçar o quadro social da época, já descrito anteriormente, mas reafirmado com base nas palavras da historiadora Conceição Neto:

Numa apreciação rápida da governação colonial, não há grande variação ao longo deste período, no que a maioria esmagadora da população de Angola diz respeito: o trabalho forçado (o “contrato” dos homens, muitas vezes por anos seguidos, mas também o trabalho forçado de mulheres e crianças nas obras públicas); os impostos discriminatórios e excessivos; a expropriação de terras ancestrais transformadas em fazendas de colonos ou de grandes empresas, obrigando à deslocação de comunidades inteiras; o cultivo forçado de géneros coloniais, como o algodão, sacrificando culturas alimentares; os abusos dos comerciantes desrespeitando de modo cada vez mais arrogante as regras não escritas de convivência que lhes haviam permitido, muitas vezes, uma pacífica instalação junto dessas populações rurais... Eram outros tantos motivos de descontentamento, que se traduziam com frequência na emigração para colônias vizinhas (do norte e do nordeste de Angola para o Congo Belga, por exemplo)²⁹.

²⁷ Ibidem. p. 43-44.

²⁸ MAKANA op. cit., 2017. p. 62.

²⁹ NETO, Maria da Conceição. Angola no século XX até 1974. In : *O Império Africano : séculos XIX e XX*. VALENTIM, Alexandre (orgs). Lisboa: Edições Colibri, 2000. p. 184-185.



Todo esse quadro espelha os cruzamentos que consolidaram a luta contra o governo colonial português. São referências que se inscrevem em um quadro familiar, associações, redes de sociabilidade e/ou política que construídas nessa permanente interação “entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”, sobreviveram com base na transmissão oral de uma geração a outra³⁰.

A segunda geração de mulheres nascidas nas décadas de 1960 e 1970 iniciou sua vida em plena guerra, sendo filhas da geração anterior, dos anos 1940 e 1950. Nasceram no período em que o colonialismo tardio tentava se impor, agora sob a justificação lusotropicalista. São crianças e jovens que participaram da guerra com suas mães, e tinham entre dez e quinze anos na década de 1970. Ou seja, participam da guerra na condição de crianças, mas nem por isso foram menos afetadas.

Foram geradas numa Angola que vivia à sombra do *Estatuto do Indigenato*, assimilacionista³¹, em plena luta armada. Lembro, no entanto, conforme M’ Bokolo explica, que “a política de assimilação foi de difícil aplicação prática, uma vez que os povos africanos tinham demonstrado uma grande capacidade de resistência cultural; para muitos europeus, considerados “inassimiláveis”³².

No excerto, o “triunfo da ideia colonial”, M’ Bokolo faz lembrar que, muito antiga, a teoria da assimilação já não tinha muitos partidários no século XX, embora fosse praticada em muitos espaços coloniais. Essa teoria dava lugar a um vasto debate sobre a noção de igualdade. Com efeito, muitos administradores, portugueses, por exemplo, revelaram-se reticentes à ideia de tratar os seus administrados colonizados como cidadãos de pleno direito. As diferenças econômicas e sociais entre a metrópole e as suas colônias dificultavam a implantação de um modo de vida e organização uniforme.

Tratou-se, portanto, de geração de crianças e jovens que participaram da guerra junto com os pais e configuraram, de alguma maneira, na engrenagem do tempo, o sentido de luta e reação ao colonialismo, fundamentadas por meio de experiências diretas e na memória dos mais velhos. São as crianças e jovens pertencentes a essa

³⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

³¹ M’BOKOLO, Elikia. “O Triunfo da ideia colonial”. In *África Negra. História e Civilizações*, tomo II. Do Século XIX aos nossos dias. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 455.

³² Idem.



geração que supostamente poderiam experienciar a vida em uma Angola liberta das explorações e opressões coloniais. É também a geração que convive, de modo mais aberto, ainda que, a depender da região, com certo secretismo e desconfiança, com os discursos contra o regime vigente nos anos 1960.

Refiro-me especificamente às experiências de discriminação racial, social e econômica, próprias do sistema colonial português, vividas também no seio das famílias ou ainda no microcosmo das comunidades do interior de Angola. Mulheres e crianças foram afetadas pela luta anticolonial de forma desigual aos homens. Assim como também reagiram, em termos de envolvimento e possibilidades de participação na luta, de forma desigual. Não quero com esse exercício interpretativo reduzir as trajetórias e experiências dessas mulheres.

Como já referi, as mulheres angolanas envolvidas na guerra apresentavam perfis diversos: negras e brancas, negras identificadas por grupos etnolinguísticos, camponesas, cidadinas, e aquelas que, durante o conflito, migraram das províncias para os grandes centros urbanos. Em suma, as experiências e formas de participação feminina na guerra são múltiplas e complexas. Nesse exercício interpretativo, procuro evidenciar como as motivações, as decisões e o engajamento das mulheres anônimas se articulam ao contexto histórico da luta armada, destacando sua agência e participação ativa na construção das estratégias e práticas de resistência.

Por exemplo, M., 36 anos, nascida por volta de 1970, explica que no tempo da guerra ninguém falava do amanhã, apenas do momento [tempo presente], *“não fala do futuro com as crianças”*. Narra: *“ficávamos sempre juntos, mães e filhos. Mas a nossa relação não era propriamente de união; era pressão”*³³. Esse posicionamento também poderia representar a vontade e o desejo de um tempo no qual houvesse amanhãs e não fugas, perdas e danos.

Tendo participado de vários combates, M.B., de 45 anos, nascida por volta de 1961, menciona o fato de o pai ter morrido por conta dos conflitos ocorridos na região onde residia. Afirma ter visto outros membros da família serem massacrados sem poder reagir e daí veio a raiva que a teria levado a se alistar voluntariamente na vida

³³ KASSEMBE; CHIZIANE, op. cit., 2008. p. 61.



militar, “apesar de ser mulher”³⁴. Explica que como militar e mulher dedicou-se a “apaziguar conflitos, a proteger as crianças, jovens e mesmo alguns militares da parte oposta que estivessem em dificuldades ou fossem feitos prisioneiros...”³⁵. Sugerindo a sensação de descarte e os conflitos desdobrados dessa participação irreparável no pós-independência, afirma: “enquanto a guerra existia nós éramos úteis”.

Algumas dessas antigas guerrilheiras são hoje grandes figuras políticas de Estado; outras, como podemos perceber no relato de M.B., não foram reconhecidas e viveram/vivem em situações-limite, ou até na total indigência³⁶. Daí seguem-se muitos ressentimentos e outros conflitos de toda ordem. A isso se liga a questão da secundarização a que foram relegadas pela historiografia e pelas narrativas posteriores sobre a guerra de libertação, visto como “combatentes”, não “guerrilheiras”³⁷.

C. H., de 43 anos, nascida aproximadamente em 1963, raptada por duas vezes, quando regressava para sua casa, vinda da Missão, menciona que algumas jovens ficavam nas Missões “porque os familiares pensavam que lá estariam em segurança”³⁸. Expõe que a tortura começava com a privação de água para beber e se lavar, com a falta de alimentos, que fazia com que comessem terra.

F. L., de 46 anos, nascida em torno de 1960, no Gabela, revela que seu negócio — onde cozinhava o funge, a kisaka, rama, abóbora, peixe grelhado, cozido —, não parou por causa da guerra. Explica: “os militares apareciam e diziam: dá lá comida. E você tinha que dar, não havia outra maneira, eles não pagavam, mas estavam com fome. Era prejuízo, mas que fazer?”³⁹. Narra que nesse tempo, “quando a guerra vinha, tinha que misturar o funge, o calulu e fugir”⁴⁰. Contrariando noções preconcebidas, afirma que foi no tempo

³⁴ Ibidem. p. 41.

³⁵ Idem.

³⁶ MABEKO-TALI, Jean Michel. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Luanda, Editorial Nzila, 2001, p. 38.

³⁷ SILVA, D. A. S. da. Na cobertura da retaguarda: mulheres angolanas na luta anticolonial. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 68, p. 252-294, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/53543>. Acesso em: 23 out. 2024.

³⁸ Ibidem. p. 105.

³⁹ Ibidem. p. 84.

⁴⁰ Idem.



da guerra que ganhou mais dinheiro, por existirem menos comerciantes concorrentes⁴¹.

Com isso, procuro mostrar que a participação das mulheres angolanas na luta anticolonial não foi linear, mas marcada por arranjos e rearranjos sucessivos, atravessados por memórias e conflitos que se entrelaçam entre a independência e a guerra civil — como revela o relato de F. L., 46 anos, nascida no Gabela. No *Livro da Paz da Mulher Angolana*, organizado por Dya Kassembe e Paulina Chiziane, ecoam sobretudo vozes femininas que narram os impactos da guerra civil. Mas esses testemunhos, ainda que situados nesse período, deixam transparecer também marcas de conflitos anteriores, revelando a longa duração das violências e resistências que moldaram a experiência dessas mulheres. Na memória de inconformidade e nas inquietações geradas pelo contexto normatizador do colonialismo, certos discursos se repetem e aparecem ao longo de diferentes gerações. Ao mesmo tempo, observa-se que as mulheres se constroem narrativamente como sujeitos de suas próprias histórias. As lembranças da pressão exercida pelo colonialismo enquanto regime político — incluindo massacres de familiares, deslocamentos forçados, torturas e privação de necessidades básicas, como beber água ou se lavar — indicam que muitas daquelas que apoiaram os esforços de guerra tiveram sua participação motivada pelo desejo de proteger seus entes queridos e, de forma tangencial, contribuir para a libertação do país.

L.C, por exemplo, explica que pela terra foram colonizados, “*por ela tivemos todas as guerras. As guerras que existiram foram pela libertação da terra. É tempo de acarinhar a terra e apoiar as mulheres que desde sempre souberam extrair dela, o sustento de gerações*”⁴².

Selina Makana argumenta que o estado de luto de muitas mulheres de Angola, aguçadas pela perda de algum ente querido, e pelos sentimentos de tristeza, dor e raiva resultantes desse processo, foram elementos que as impulsionaram e compeliram, como um chamado à ação, a se unirem à luta anticolonial⁴³. Portanto, a

⁴¹ Idem.

⁴² Ibidem. p. 77.

⁴³ MAKANA, op. cit., 2017. p. 50 – 55.



tristeza e o luto de uma mãe pelos seus entes poderiam ser entendidos enquanto uma extensão de sua aflição pela nação⁴⁴. Na perspectiva da autora, tal posicionamento pode ter significado a necessidade de vingar a humilhação e a morte de seus familiares⁴⁵.

Há o depoimento de um terceiro grupo de mulheres que, por sua vez, não citam a idade nem a data de nascimento, podendo pertencer à primeira ou segunda gerações. São mulheres que explicam diretamente o porquê de sua luta contra o colonialismo.

M. Soba diz que defendeu o país mesmo sem ler e escrever, o que recusa determinismos e generalizações que possam ser construídos socialmente a respeito de mulheres analfabetas. Menciona que ela e o marido levavam *“nas costas a criança e no ombro a arma”*; *“as armas nos ombros das mães foram os primeiros objetos que seus filhos tocaram”*. Explica que as mulheres que pegavam o comando de suas famílias, e mesmo com a guerra, eram zungueiras, lavradoras, mães e buscavam água longe para fazer fubá na pedra⁴⁶. Sobre as crianças, os filhos dessas mulheres, o testemunho de uma das mulheres da UNITA, publicado no Jornal Notícia, de 1974, reafirma⁴⁷:

Vi crianças, senhores, conhecerem as armas pelo seu nome. Vi miúdos brincarem em clareiras de mussambas, jogos de guerra, e ouvi-os discutir táticas de defesa e ataque, e demonstrarem uns aos outros o que se deve fazer quando as granadas caem por perto. Vi os seus rostos endurecerem à passagem de helicópteros. E vi-os marchar em arremedos de soldados, abc de uma arte levada às últimas consequências: luta de homem contra homens, para matar ou morrer.
48

A.M.S. expõe que o sofrimento que viviam tornou os irmãos e a família unidos. Afirma: *“nas matas a vida era dura e sentiam muito ódio e angústia de viver naquelas condições tão desumanas”*⁴⁹. M. F. completa: *“a guerra afastou muitas pessoas do trabalho das lavras. Naquele tempo era só fugir, quem ia na lavra era morto”*⁵⁰.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ KASSEMBE; CHIZIANE, op. cit., 2008. p. 95.

⁴⁷ Jornal Notícia. 1974.

⁴⁸ Jornal Notícia. 1974.

⁴⁹ KASSEMBE; CHIZIANE, op. cit., 2008. p. 20.

⁵⁰ Ibidem. p. 115.



A. M., guerrilheira, cita que foi o destino que a levou às matas, até um envolvimento ingênuo de criança nas coisas da luta, já que era ainda menina quando entrou na guerra. Menciona que na mata, mesmo com a guerra, realizavam eventos como casamentos e festas de batizados. Expõe: “*era um Estado dentro do Estado*”⁵¹.

Não sem razão, a pesquisadora Marisa Moorman revela que em muitas das áreas libertadas do MPLA, as lideranças assumiram o trabalho de sancionar o casamento. Segundo a historiadora, o casamento foi tema consistente em relatos de mulheres nos maquis e na política de exílio. Foi forma de substituição de negociata entre famílias pela aliança revolucionária. Devemos considerar os jogos de poder envolvidos nessas interações ao invés do simples confronto. Assim, o MPLA assume funções de estado, mesmo sem ocupar o Estado, mas diante dos seus próprios membros⁵².

Na perspectiva da historiadora, as uniões entre guerrilheiros e guerrilheiras eram relativamente fáceis de se firmarem, pois possibilitavam uma forma de construção nacional baseada em um modelo de família revolucionária, sob a liderança dos homens, que demonstravam o desejo de se casar das lideranças às quais estavam atreladas, muitas vezes ao comandante da coluna.

Uma outra guerrilheira narra que entrou nas matas a partir do Congo. Fazia parte de um grupo de coristas da igreja e por influência do pastor que falou a elas da situação do país e importância da contribuição de mulheres na luta, achou a causa importante e se alistou⁵³. O testemunho de G. expõe que ainda adolescente foi iniciada nas ideias revolucionárias e por isso aderiu à luta sem saber o porquê das coisas. Narra: “*sai da luta para a massambala*”⁵⁴.

G. F., de Gabela, explica que nesse período viviam em zig-zag, ora as pessoas “*viviam acalmia, dançavam, namoravam, casavam e de repente tudo desaparecia*”⁵⁵. Expõe

⁵¹ Ibidem. p. 133.

⁵² MOORMAN, Marissa J. Intimating Nationalism: Gender in the MPLA's maquis. In PANTOJA, Selma; BERGAMO, Edvaldo A. SILVA, Ana Claudia da. (Org's). *Angola e as angolanas: memória, sociedade e cultura*. São Paulo: Intermeios, Brasília: PPGDSCI; FAPDF, 2016. p. 194-195.

⁵³ Ibidem. p. 135.

⁵⁴ Ibidem. p. 141.

⁵⁵ Ibidem. p. 183.



outra entrevistada que “a vida nas matas era dura, mas pessoas humanas e a solidariedade maior”⁵⁶; “os olhos das mulheres podem ser testemunhos da história”⁵⁷.

Outra guerrilheira, também sem idade e data de nascimento, explica que se alistou ao exército aos 14 anos, depois de ver sua casa derrubada. Narra que assistiu impotente o massacre de sua família. Tendo isso em vista, fez trabalho clandestino, mobilizou amigas para participar na luta de libertação de Angola. Conta que nem o marido sabia de suas posições políticas e que o dia mais feliz de sua vida foi quando os militantes clandestinos foram chamados para uma reunião e quando entrou na sala seu maior espanto foi ver que o marido estava lá. Explica: “foi o dia mais feliz da minha vida. Fez-me feliz saber que, aquele homem, para além de marido, era companheiro”⁵⁸.

Em outro depoimento, uma testemunha, de nome desconhecido, explica que independentemente das crenças políticas, mulheres de diferentes gerações perderem seus maridos e haveres e hoje zungam por todas as cidades, para sustentar suas famílias⁵⁹.

São concepções transmitidas oralmente, passadas de mães para filhas, por gerações, e que mantiveram a guerra ao longo de treze anos, sustentaram ações, atividades e o comportamento de gerações, na luta contra o regime colonial. A luta anticolonial foi também uma *questão de famílias*.

Em Angola, por exemplo, como capital simbólico, é muito recorrente ouvir relatos de pessoas que tiveram familiares envolvidos na guerra. Um tio, um primo, o irmão, o vizinho. Deolinda Rodrigues era irmã de Roberto de Almeida e prima de Agostinho Neto. Lucrécia Paim tinha um irmão mais velho que já estava envolvido na luta anticolonialista e tendo isso em vista toda a família estava em perigo⁶⁰. Engrácia, filha de camponeses, que foi morar com a tia, encontrava-se nos Dembos quando começou a luta armada⁶¹.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Ibidem. p. 136.

⁵⁸ Ibidem. p. 139.

⁵⁹ Ibidem. 135.

⁶⁰ RODRIGUES, op. cit., p. 69.

⁶¹ Ibidem. p. 73.



Nesse sentido, busco realizar um exercício interpretativo como forma de compreender as motivações de mulheres anônimas para participar na guerra. No geral, a partir das entrevistas aqui analisadas, motivações, escolhas e envolvimento justificados também com bases em ingerências da administração portuguesa no cotidiano, direitos e instituições africanas. De fato, como Conceição Neto aponta,

Essas sociedades africanas, privadas de autonomia política e afetadas na sua base econômica, preservaram muitas das suas instituições e sistemas de valores como uma forma de resistência, consciente ou inconsciente, à desagregação e alienação cultural que a situação colonial tendia a impor-lhes. Por outro lado, o regime colonial não parece ter querido destruir o quadro social tradicional, mas apenas explorá-lo, esvaziá-lo de poder e submetê-lo aos seus interesses. A política dita de “assimilação” foi uma camuflagem ideológica para a exploração desenfreada⁶².

Em algumas províncias, a casa não estava separada dos campos agrícolas em que mulheres trabalhavam, nem muito menos dos campos de batalha. A “casa”, entendida nos termos de Makana, como uma complexa rede de relações sociais que envolve família, amigos, conhecidos e muitas vezes até os inimigos⁶³. Em tempos de guerra, o lar muitas vezes foi o primeiro espaço de mobilização de mulheres⁶⁴. Como sustentou Selina Makana, de acordo com as palavras de uma de suas entrevistadas, ex-combatente, “a luta precisou de mães”⁶⁵.

Uma das principais estratégias dos movimentos de libertação para garantir e facilitar a entrada das mulheres na guerra foi a criação de organizações femininas dentro dos movimentos de libertação, ainda que as atuações de mulheres já existissem, mas não de forma organizada. Logo, podemos deduzir que muitas das que apoiaram as organizações femininas fizeram isso também por conta da participação de seus familiares, ativos nesse contexto de lutas.

Tanto no *Livro da Paz da Mulher Angolana*, de Dya Kassembe e Paulina Chiziane, quanto nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo em Luanda, emergem

⁶² NETO, Maria da Conceição. As fronteiras por dentro da nação – divisões étnicas, sócio-econômicas e sócio-políticas numa perspectiva histórica. In *Angola: a crise e o desafio democrático*. Luanda, 24 a 26 de agosto de 1992. p. 8-9.

⁶³ MAKANA, op. cit., 2017. p. 1-12

⁶⁴ Ibidem. p. 39.

⁶⁵ Ibidem. p. 38.



narrativas que destacam a herança da luta contra o colonialismo como forma de respeito e continuidade intergeracional. Observa-se, de maneira recorrente, que a atuação política de mães, pais, tios e demais familiares é apresentada como decisiva na formação das gerações seguintes, configurando-se como um elo de transmissão de valores, práticas e engajamento político que atravessa os tempos e sustenta a memória coletiva da resistência.

As mulheres de Angola exercitam-se nesse papel de mãe e trabalhadora no quadro de estruturas familiares tradicionais e, ao mesmo tempo, submetidas a um estatuto jurídico incerto, em decorrência do colonialismo. Elas assumem importância social ampla no quadro dos desequilíbrios sociais provocados pelo contexto da guerra, aceleração das correntes migratórias para a cidade e posicionamento em relação ao regime colonial, participando direta ou indiretamente da guerra.

Com essa tentativa de organizar o tempo em gerações, busco demonstrar que os sentimentos e experiências vivenciados a partir do contexto colonial e da guerra de libertação não foram lineares e muito menos teriam correspondido ao padrão descrito e construído pelas autoridades portuguesas com base no “mito da mulher de Angola”: sem agência, autóctone, indígena, carente de alfabetização e educação sanitária.

Pelo contrário, conforme afirmou Selina Makana, essas mulheres constroem-se enquanto sujeitos da história e, em sua agência, entendida não apenas como sinônimo de resistência ou capacidade de satisfazer interesses próprios ou coletivos, movimentam-se. Aperfeiçoam sua capacidade de ação a partir — e em resposta a — das situações de subordinação que vivenciavam no cotidiano⁶⁶.

Ao mesmo tempo que havia um desejo de participação, existia também o sentimento de falta de um outro mundo possível. Ou seja, trata-se da história de grupos (gerações) heterogêneos que contraria inclusive o ideal de “mulher” no mundo ocidental. Portanto, questiona representações, estereótipos e discursos a respeito das mulheres de Angola.

⁶⁶ MAKANA, op. cit., 2017. p. 57.



A ação anticolonial dos boatos: entre o “ver” e o “ouvir dizer”

Como exposto anteriormente, por meio do que expressaram as mulheres angolanas entrevistadas no *livro da paz*, ao longo do período de guerra anticolonial foram recorrentes os deslocamentos de mulheres e crianças que, ao deixarem suas casas e povoações, em decorrência do clima de insegurança, ou por terem suas lavras e cubatas destruídas, dirigiam-se para as regiões de fronteiras com Angola a fim de buscarem melhores condições de vida⁶⁷. Embora nem sempre encontrassem, visto o grande número de pessoas refugiadas e as dificuldades inerentes a esse processo, como a falta de segurança, alimentação, vestuário, etc.

Sobre isso, encontrei relato informativo, de 1968, que faz referência a um dos acampamentos da UPA, e aos deslocamentos forçados a que, devido à guerra, parte das populações do interior eram submetidas. Nesses deslocamentos, mulheres, velhos e crianças eram os mais afetados.

Nos acampamentos que apoiam os quartéis da UPA no interior de Angola, só se fazem queimadas para se prepararem as lavras, depois das 17 horas porque depois dessa hora os aviões não passam. Quando se deslocam grupos com mulheres e crianças do interior de Angola para a RDC e vice-versa. A viagem é sempre demorada e pode demorar cerca de um mês. Os grupos têm cerca de 100 elementos. Cada elemento leva um carregamento de comida que lhe dura entre 5 e 10 dias. Os alimentos são à base da mandioca, ginguba e fuba. Costumam caçar durante a viagem; quando acabam os alimentos, antes do grupo chegar a seu destino, alimentam-se de Coconote (a casca do dendê), raízes e frutos do mato. Progridem normalmente de sol a sol, fazendo altos para descanso e comer por volta do meio-dia e 4 horas da tarde. Quando fazem estes altos, escondem-se dentro de uma mata e destacam vigias para cima dos morros mais próximos. Ao anoitecer escolhem outra mata onde fazem camas de capim para ali dormirem. Se está muito frio fazem fogueira para se aquecerem e tapam-se com cascas de árvores batidas (pau de kindulo). Costuma morrer gente durante a viagem por cansaço, fome ou doença, principalmente velhos, crianças e mulheres. Quando isto acontece, enterram-nos naquele local. Quando veem vestígios das NT (nossas tropas), latas, pontas de cigarros, papéis, etc, ou rastro das NT em terreno arenoso, afastam-se com medo e escolhem outro caminho. Nunca utilizam os trilhos batidos pelas NT. Os elementos da frente (observadores) que vão armados, vão abrindo trilhos através do capim para o grosso do grupo poder passar. Nunca utilizam os mesmos

⁶⁷ AHM -F7/B/SR12/SSR3 - cx.241 - Angola, 1959-1971.



trilhos com medo das NT os terem descoberto e, portanto, haver probabilidades de os terem armadilhado montado emboscadas⁶⁸.

Nas emissões estrangeiras, como por exemplo a de Lusaka, da Zâmbia, de alcance considerável em algumas regiões de Angola, transmitida na língua banto “luena”, convidavam os angolanos para as regiões fronteiriças de modo a se “alistarem como soldados e aprenderem a lutar quando fosse necessário”⁶⁹. Nas propagandas escritas e orais, ressaltava-se a “solidariedade africana”, a formação de uma “frente unida” e o “entrar em Angola com arma na mão”⁷⁰.

Em boletim da DGS, localizei uma reclamação do que consideravam “pequenos indícios técnicos de subversão”, especialmente através da propaganda radiofônica que, aliada a uma série de boatos, conduzia cenário favorável aos constantes deslocamentos de angolanos e angolanas⁷¹.

De acordo com essa documentação, buscava-se a colaboração dos refugiados “como um processo de acabar com a mão de obra e pagamento de impostos de forma a dar um golpe decisivo na economia colonial”⁷², já que não haveria mão de obra agrícola nas grandes plantações dos portugueses.

Em 1967, referindo-se à região de Cabinda, e enfatizando o que já havia sido ressaltado em *supintrep* anterior (relatório de informações), os militares da DGS assinalavam que “as preocupações de natureza econômica eram as dominantes”. Advertiam as autoridades portuguesas que a situação piorava em virtude de “medidas impopulares”. Afirmavam: “se não tomarem para já as medidas adequadas ou imediatamente eficazes que demonstrem claramente que se pretende vencer a crise, pois já há quem se interrogue se não haverá deliberada intenção de a aumentar”⁷³.

A documentação da PIDE destacava o elevado número de nativos, visto assim por quem se reconhecia como sendo colono, *em especial mulheres*, que pretendiam seguir para Cabinda, com vista a passarem mais facilmente para o

⁶⁸ AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx.245 – Angola, 1959-1971.

⁶⁹ ADN – SCCIA – Propaganda radiofônica – Zâmbia – 16.09.1965.

⁷⁰ ADN – PIDE/ANGOLA – Actividade anti-portuguesa – Congo Brazza – 06.09.1965.

⁷¹ AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx.243 – Angola, 1959-1971.

⁷² AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx.239 – Angola, 1959-1971.

⁷³ AHM – F7/B/SR13/SSR4 – cx. 272 – Angola, 1960 – 1974.



Congo-Leopoldville⁷⁴. O que demonstra a força das regiões de fronteira nesse período de guerra. Mulheres “marchavam” no interior de Angola, em caminhadas longas e com refeições limitadas, em busca de sobrevivência.

A entrevistada Salomé Tinhame, em uma caminhada inversa, voltando da Zâmbia para a província do Moxico, depois de viver na clandestinidade, e decidida a voltar para contribuir nos trabalhos de base da UNITA, conta que levou 11 dias até a referida província⁷⁵. Explica: “mas aquilo era marchar porque era dentro do território do inimigo”⁷⁶. Diz que tinham que andar noite e dia e “andar mesmo depressa”. Narra que havia vezes que, depois da marcha, tinha os joelhos e os dedos inflamados⁷⁷. Completa:

Nessas caminhadas vi que tínhamos que começar de novo, porque é dentro das matas, com as populações que viviam naquelas matas, que nós tínhamos que trabalhar. Então era preciso começar pelos adultos a alfabetização, pelas crianças, era mesmo começar, mas sem condições, sem livros. Você tinha que puxar da sua cabeça para poder ensinar. E depois também, naquelas matas que nós fomos, eram línguas locais. Tinha que se aprender um bocadinho dessas línguas locais, para poder fazer uma interação, por que as pessoas não falavam português, falavam o Chockwe, o Nganguela, o Umbundu.⁷⁸

Nessas “marchas” de longas distâncias, as mulheres percorriam e reconheciam as bases distantes, atuando como testemunhas e, muitas vezes, como participantes diretas, voluntariando-se em suas atividades — como no caso de Salomé — e enfrentando as dificuldades da guerra. A palavra “**marcha**” é polissêmica no discurso das mulheres da UNITA, podendo designar trajetórias individuais ou coletivas. A expressão também se refere à “**grande marcha**”, a retirada de Savimbi e de militantes da UNITA de Luanda para o Planalto Central, uma longa fuga durante a qual muitos

⁷⁴ AHM –F7/B/SR12/SSR3 - cx.241 - Angola, 1959-1971.

⁷⁵ As narrativas das mulheres da UNITA que entrevistei muitas vezes são omissas em relação ao período de luta anticolonial, muito provavelmente pelo contexto, por ter sido um dos últimos movimentos a se constituir, já em 1966. No geral, as informações concentram-se na memória de velhos e no período mais recente da guerra, passados em meados dos anos de 1970. Vale ressaltar que a UNITA se constitui, de fato, no período que segue à independência. Saliento que em muitos depoimentos, muitos deles, homens e mulheres, tinham em mente um inimigo diferente do colono, e falam da invasão russo-cubana a qual combatiam.

⁷⁶ Que pode fazer referência tanto às regiões controladas pelos portugueses quanto pelo MPLA, ou ainda de outros, já que se trata de depoimento de mulher associada à UNITA.

⁷⁷ Entrevista de Salomé Epolua Chiuhamu - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

⁷⁸ Idem.



pereceram, ocorrida após a independência e o início da guerra civil. Assim, a interlocutora projeta acontecimentos posteriores (1976–1990) em seu relato sobre o período anticolonial. No período colonial, tais “marchas” não eram tão comuns; entretanto, é possível que ela esteja se referindo a trajetórias anteriores, especialmente à década de 1970 e, mais especificamente, ao pós-1974, quando ocorre uma ruptura em relação às práticas sociais da década de 1960. Nesse momento, Angola era ainda, tecnicamente, uma “colônia portuguesa”, mas, a depender da região, com o avanço dos anos de guerra, muitas áreas já eram administradas pelos movimentos de libertação.

Ou seja, tratava-se de um contexto em que a guerra assumia contornos mais definidos e em que os circuitos de circulação pelo interior do país se tornavam mais frequentes. Era também um momento de quebra de barreiras, em que as pessoas estabeleciam novas formas de relação e em que as afinidades políticas favoreciam solidariedades até então intransponíveis. Já novembro de 1975, data que marca a independência, constitui um marco distinto.

Com o refúgio e as incessantes marchas no interior de Angola, principalmente depois dos anos 1970, à medida que os anos de guerra se prolongavam, informações e contrainformações a respeito da luta anticolonial foram sendo construídas. Informação e contrainformação não convencionalizadas institucionalmente. Trata-se de informações circuladas por pessoas comuns, mulheres em sua maioria, sem a preocupação de seu uso, na utilização indiscriminada de mensagens utilizadas como forma de transmissão e comunicação. Ou seja, que não recebe um treinamento para o uso da informação.

Tendo em vista o contexto de guerra, havia um clima de suspeita entre as populações, fazendo circular boatos que muitas vezes geravam, segundo a documentação, situações de “desorientação” e “alarme”. Conforme informa a angolana Timbia Esperança, “era assim que algumas famílias sabiam o que se passava”⁷⁹.

Dessa maneira, por meio das conversas no dia a dia, boatos, nas notícias que circulavam nas rádios, nas propagandas anticoloniais e mesmo nas canções de

⁷⁹ Entrevista de Timbia Esperança - LIMA/UNITA – Luanda, 2019.



guerrilha, entoadas por mulheres, as diferentes populações do interior de Angola informavam-se e a partir daí passavam também a se posicionar na guerra.

Com efeito, havia uma grande propagação de boatos, visto tratar-se, segundo o manual de tática de guerrilha⁸⁰, de autoria do líder militar cubano Alberto Bayo, mas muito utilizado pelo MPLA, em seus planos estratégicos e táticos, de forma como poderiam contribuir os voluntários na luta anticolonial. Sendo contra os colonialistas, a “ser espalhados aos quatro ventos e ampliados quanto possível”⁸¹. Trata-se de sociedade na qual o veículo de informação basilar era a expressão oral.

Em um dos documentos de transcrição de uma das emissões da rádio do posto clandestino da União Indiana “Voz da Liberdade”, da UPA/FNLA, em 1960, um africano cujo nome não foi descrito na fonte, mas que publicou um artigo no Semanário *Free Goa* já alertava: “o branco subestima o grande poder da palavra e da propaganda falada, o sistema especial de comunicação rápida dos africanos”⁸².

O que considero mais uma forma de protagonismo desses povos, incluindo aí a agência de mulheres comuns, no destaque da oralidade como ferramenta importante. Elas contribuíam também por meio de suas palavras e experiências com a guerra, marchas, trabalhos nas aldeias e bases, informando outros, pelo seu poder de comunicação.

Nas ocorrências da DGS, por exemplo, foi comum autoridades militares portuguesas usarem os dizeres dessas populações como objeto de prova, nos comentários de que “recebeu informações de nativos”⁸³, “ouviram-se nas proximidades”⁸⁴, “verificou-se correr entre os nativos”⁸⁵, “circulam em toda a província”⁸⁶, “correram nos bairros periféricos”⁸⁷, “chegaram informações acerca da extraordinária proliferação de boatos”⁸⁸. Tais registros, mas não somente, também as fontes orais, demonstram a relevância da forma como essas populações observavam e

⁸⁰ AHM – Manual de tática de Guerrilha – Relatório de contra-informação – Luanda, 13.08.1962

⁸¹ Ibidem, p. 114.

⁸² AHM – F7/B/SR12/SSR3 - cx.238 - Angola, 1959-1971.

⁸³ AHM – F7/B/SR12/SSR3 - cx.239 - Angola, 1959-1971.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ AHM – F7/B/SR12/SSR3 - cx.241 - Angola, 1959-1971.

⁸⁶ AHM – F7/B/SR12/SSR3 - cx.243 - Angola, 1959-1971.

⁸⁷ AHM – F7/B/SR13/SSR4 - cx. 272 - Angola, 1960-1974.

⁸⁸ ADN – Luanda – 06.12.1966.



vivenciavam a guerra. Ancorados nos testemunhos orais, os relatórios e interrogatórios da PIDE/DGS têm valor considerável também como forma de registro das múltiplas sensibilidades anticolonialistas existentes na época.

A título de exemplo, de acordo com a documentação da PIDE/DGS, alguns boatos que circularam em 1964, entre os africanos da área do povoado de Óbidos, conselho de Icolo e Bengo (Catete), deixaram populações alarmadas por sugerir que em Luanda “andavam a envenenar pretos, tendo já muitos morrido”⁸⁹.

Das averiguações, concluiu-se que o boato devia ser da responsabilidade de um “camionista”, que teria passado na povoação de Golungo e teria dito aos africanos “que estavam condenados a morrer, pois que em Luanda já poucos havia e que até a sua esposa tinha falecido”⁹⁰. Ainda segundo a fonte, depois, ao boato foi dada nova forma, por uma angolana que teria “imaginado” como se daria o envenenamento, afirmando ser através da fuba.

No caso desse boato especificamente, de envenenamento, pode ser tanto um relato que transmite uma notícia como uma narração ou avaliação que decorre dessa notícia. Se esses ruídos afetavam membros das famílias, vizinhos, amigos, entre outros, tais indivíduos mostravam-se interessados.

O período de guerra foi momento em que as pessoas se comunicavam e, também, através da palavra dita, formulavam suas análises dos acontecimentos resultantes da luta anticolonial. Com a guerra, o clima de insegurança que se instaurou adquiriu características próprias. Criava-se um imaginário justificador de ações anticoloniais, disseminado também por pessoas comuns. Os boatos expressavam a contestação e dificuldades de um convívio social imposto pelo colonizador, ainda que muitas vezes não intencional; informam acontecimentos circunscritos ao ambiente angolano de guerra.

Em 1967, citando caso parecido, circularam na província de Luanda vários boatos que correram nos bairros periféricos, nos Musseques, referindo-se a que os europeus iam envenenar os gêneros alimentícios destinados aos africanos. De acordo com a documentação, esse fato teria gerado um “clima de excitação” no qual se

⁸⁹ ADN – Boatos que circulam em Angola – 23.11.64.

⁹⁰ ADN – Boatos que circulam em Angola – 19.11. 1964.



registraram “incidentes violentos”, havendo necessidade de averiguações para identificar as causas⁹¹.

Sobre esses rumores, pela documentação, a DGS costumava abrir inquéritos e realizar diligências no sentido de identificar os responsáveis. Tal fato aponta a preocupação da polícia portuguesa no sentido da tentativa de se evitar o “clima de insegurança” e medo instaurados, também responsáveis pelas movimentações de povos, mulheres e crianças.

Ao que constato, essa atmosfera gerava novas adesões à luta anticolonial, a desistência no trabalho das lavras dos colonizadores, o trabalho voluntário nas zonas libertadas, o aumento dos deslocamentos. Fatos que conseqüentemente prejudicavam e ameaçavam a permanência destes no país. Essas narrativas ou a circulação delas originavam-se tanto da necessidade de modificar realidades quanto da simples descrição de um determinado acontecimento.

Em 1962, no jornal *ABC – Diário de Angola*, em texto nomeado “Esclarecimentos de origem oficial sobre o tema de um boato”, já se denunciava o boato como uma arma que se podia considerar clássica no tipo de guerra que os movimentos de libertação impunham, de guerrilha. O autor constata ser “rendoso” visto ter aceitação na grande maioria da população, o que, em sua perspectiva, causava “prejuízos sérios” e facilitava a “ação” dos movimentos de libertação “sobre as *retaguardas*”⁹². Ou seja, favorecia a inserção das ideias políticas desses movimentos nas povoações, e entre mulheres, que cumpriam funções prioritariamente na retaguarda de guerra.

Um ano mais tarde, mas no *Jornal do Congo*, da cidade de Carmona no Uíge, em trabalho intitulado “boato e companhia”, as contestações continuam⁹³, reclamava-se da tarefa genérica do boato em função da guerra. No texto, destacava-se o fato de o boato servir para preparar ou aproveitar ambientes, enquanto arma psíquica. Ressaltava-se a necessidade de informações quanto à origem do boato, análise de sua porção de verdade ou de sua estruturação. A publicação é um ataque aos boatos,

⁹¹ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 272- Angola, 1960 – 1974.

⁹² Jornal ABC – Diário de Angola, agosto de 1962.

⁹³ Jornal do Congo – 12.12.1963.



contra as infiltrações e espionagens, tarefas típicas do universo de mulheres na luta anticolonial.

Em boletim do Quartel General da Região Militar de Angola para a imprensa, reclamava-se da variabilidade temática dos boatos que, segundo o documento, “abrangeia um campo tão vasto que se tornava impossível analisar cada um por si”. O autor do documento sugere inclusive respostas para a contenção dos rumores. Afirma⁹⁴:

Julga-se que uma boa solução para se deter esta onda de boatos seria a de, além do procedimento legal contra esses colaboracionistas do “inimigo”, divulgar o seu nome em letras bem destacadas na imprensa e na rádio como traidores à pátria. Talvez o receio desta propaganda negativa seja o único meio para estas línguas venenosas.

Segundo as fontes da DGS, o boato gerava “alterações da ordem pública”, causava “crimes”, “incidentes”, “atividades deprimentes”, “aliciamentos”. Foi forma de expressão fora dos padrões coloniais e de elites escolarizadas, portadoras também de ideias e propagandas políticas.

Em 1964, por exemplo, na província do Cuanza Sul, no Novo Redondo⁹⁵, foi registrado que verificou-se correr entre os nativos o boato de que haveria incidentes na época do Natal. Segundo essa mesma polícia, já em anos anteriores se verificaram os mesmos boatos. O autor do documento explica que “é normal o aparecimento de boatos próximo de datas sensíveis” e recorda que desde 1964 vinha sendo executado pela UPA, corroborada pela MPLA, forte campanha de incentivo das populações à luta anticolonial, e às sabotagens⁹⁶.

Nota-se, portanto, que os depoimentos analisados oferecem detalhes de acontecimentos passados e cotidianos desse período de guerra. Percebe-se que é um contexto de informações dinâmicas, vinculadas a diferentes espaços e atividades. Eram histórias possíveis, ainda que o caráter de tais informações fosse duvidoso. Parece ser a marca de uma época, típica do contexto de guerra.

⁹⁴ ADN – Boletim Informativo das Forças Armadas em Angola, notícias para a imprensa – 14 a 21 de agosto de 1963.

⁹⁵ Atualmente Sumbe, cidade e município de Angola, capital da província do Cuanza Sul.

⁹⁶ AHM – F7/B/SR12/SSR3 - cx.241 - Angola, 1959-1971.



Dessas atitudes consideradas “inconvenientes” resultou a detenção pela PSP de africanos que propalavam o boato de que nos aldeamentos circunvizinhos a Luanda, “apareciam pela noite um branco e alguns pretos que cortavam a cabeça as pessoas que ali se encontravam”. Os acusados foram entregues à PIDE para averiguações⁹⁷.

Em 1967, na zona mineira de Lucapa, corria o boato de que “a independência ia chegar no dia 20”, o mesmo acontecendo na zona de Cambulo, onde a “independência seria no dia 22”. Todas essas notícias sobre a luta anticolonial e a esperada “libertação” confundiam as autoridades coloniais e criavam um ambiente propício a uma massificação de ideias políticas que contestavam a dominação colonizadora em Angola.

Em 1969, na Zona Leste de Angola, um tratorista, residente no aldeamento dessa região, informou que a sua companheira ouvira da mulher do soba que: “os tropas, juntamente com os brancos só estariam descansados até o fim do ano e daí em diante podiam contar com a grande revolução”⁹⁸.

Esses relatórios buscavam informar as situações de guerra, o cotidiano das províncias, diante das notícias e informações circuladas para entidades competentes, os serviços de informações portugueses⁹⁹.

Homens e mulheres, portanto, tornavam-se colaboracionistas dos movimentos de libertação embora continuassem, como a DGS descreve, algumas vezes, para o caso dos povos quiocos¹⁰⁰, “por submissão, a capinar e limpar os locais destinados a edificações de novas aldeias¹⁰¹, em teoria, a mando do colonizador.

Assim, atuavam dentro de espaços conquistados ou concedidos e obtinham o poder da informação que, apesar de instável, de maneira implícita, moviam-se de

⁹⁷ AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx.246 – Angola, 1959-1971.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ AHM – F7/B/SR13/SSR4 – cx. 271- Angola, 1960 – 1974.

¹⁰⁰ Importante assinalar que as grafias dos nomes mudam de acordo com a documentação. Algumas grafias aparecem no português colonial, outras nas línguas nacionais, outras ainda nas línguas locais. Neste trabalho, mantenho o registro da documentação e sempre quando posso sinalizo as mudanças em nota de rodapé.

¹⁰¹ ADN – PIDE/ANGOLA. Atividade terrorista em Angola – Distrito do Bié – 11.12.1967.



modo a tecer acordos e negociações junto à polícia portuguesa, mas também aos movimentos de libertação.

As propagações de boatos definiam possibilidades de avanço e recuo de mulheres na guerra, expressando ainda uma reação contra a presença do colono em Angola. O domínio das línguas locais assumia assim, abertamente, uma atitude anticolonial. As autoridades portuguesas já assinalavam a proximidade, a título de exemplo, dos quiocos com os movimentos de libertação, tratando-os por “nossa família”, por falarem a mesma língua”¹⁰². O que sinaliza a língua como elementos de identificação primordial no remoto mundo rural angolano, revelando “relações e ligações sociais muito estreitas entre pessoas que compõem a comunidade de língua e cultura”¹⁰³.

Tais sujeitos, criaram uma rede de informações, de forma e usos diferenciados, surgidas dos mais diferentes pontos, estruturada em função de “ver” e “ouvir dizer”, nas memórias e participação de indivíduos comuns na guerra, ainda que não soubessem exatamente os interesses imediatos em questão. Contribuíam para produzir visões e percepções sobre a guerra em Angola.

Na documentação, existia inclusive a preocupação em saber se os soldados colonialistas procuravam “mulheres, em que lugares, e horas”¹⁰⁴. Tal fato demonstra a força de atuação das mulheres africanas, gerando inquietações nas lideranças dos movimentos de libertação, a ponto de fazer o registro de tal informação no manual da FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola/MPLA). Em diferentes situações de convivência, as mulheres africanas foram vistas enquanto potenciais testemunhas, informadoras, da luta anticolonial, pelo ver e ouvir dizer.

Entre notas e resistência — a canção como instrumento de contestação

A reação contra a presença do colono foi experienciada também pela via das canções de guerrilha, vozeadas nas ruas, trabalhos de lavras, aldeias, igrejas, levando

¹⁰² Idem.

¹⁰³ SÁ, Ana Lúcia Lopes de. *A ruralidade na narrativa angolana do século XX, elementos de construção da nação*. Portugal: Universidade da Beira Interior, 2012, p. 161. Tese de Doutorado.

¹⁰⁴ AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx.244 – Angola, 1959-1971.



ao seio dos angolanos e angolanas toda a força de canções que também reclamavam “liberdade” em línguas nacionais. Conforme a pesquisadora Tatiana Pinto expõe, “neste período foi produzido uma quantidade considerável de canções que divulgaram este projeto político nacional”¹⁰⁵. Levando em conta o alcance das rádios, a difusão através deste meio indicava a penetrabilidade da narrativa anticolonial na sociedade¹⁰⁶.

Para a angolana Antonieta Cesaltina Kulanda, pelo poder da comunicação oral e da palavra falada nos núcleos populacionais do interior de Angola, as canções eram consideradas uma arma mobilizadora, a busca de uma semântica angolana. Kulanda explica que em cada circunstância, a depender do acontecimento, criavam-se canções de temáticas variadas; entoadas nas línguas nacionais, o Kimbundu, kikongo, o tchokwé, o Nganguela. Expõe: “em todas as línguas tinham canções revolucionárias”, reivindicavam-se valores culturais negados pelo colonialismo¹⁰⁷.

Timbia Esperança reitera que essas músicas serviam também para contar a história; “não se tratava apenas da melodia”. Narra que a letra da música sempre dizia alguma coisa dos antigos reis, ou contava uma história de sofrimento, ou ainda motivava as mulheres a irem para o combate. Conta que a música era mais uma forma de “dizer a nossa história”¹⁰⁸. Explica:

As músicas cantam os nomes (...) (cita os nomes em uma das línguas nacionais e diz - referindo-se a pesquisadora: a senhora talvez não entenda muito bem, mas para nós tinha um valor grande). E assim fomos aprendendo. Eu, por exemplo, há aí nomes que eu não conhecia, dos reis anteriores que combateram o colonialismo, que resistiram ao colonialismo, da época de 1482, quando o português entrou em Angola, e tudo isso. Essas músicas relatavam essa história toda¹⁰⁹.

¹⁰⁵ PINTO, Tatiana Pereira Leite. Modernidade X tradição: homem novo e o “problema” racial e étnico em Angola In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo, julho 2011, p. 15.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Entrevista de Antonieta Cesaltina Kulanda - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

¹⁰⁸ Entrevista de Timbia Esperança - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

¹⁰⁹ Entrevista de Timbia Esperança - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.



A entrevistada canta uma música em língua nacional e explica seu significado: “os grandes rios têm o seu início numa pequena nascente e onde eles desaguam são grandes”, referindo-se ao período de lutas em Angola¹¹⁰.

Para Salomé Chiuhamá, pelo poder da oralidade, em um mundo onde o testemunho oral é meio de transmissão de informações, a canção era o primeiro incentivo para as mulheres lutarem, de compreenderem sua situação de colonizadas. Referindo-se às atividades da UNITA, ela explica que foi por “meio das canções que aprendiam o que tinham que fazer, todas as tarefas que a direção sinalizasse, porque a direção era o centro principal, que dava as orientações para todos”¹¹¹.

Salomé, fazendo esforço de lembrança, tenta vozeir uma das canções. Canta, e depois explica o que o significado da música em português: “nosso partido da UNITA, vá avante com o programa que você traçou, é um programa que vai nos levar a libertação”¹¹². Narra ainda que “em cada área, há sempre alguma coisa de valor. É o conjunto desses valores que faz a mulher de Angola se levantar”¹¹³.

Em entrevista realizada e cedida pela pesquisadora Margarida Paredes, a angolana Olivia Tchindongo é outra que sinaliza a importância da oralidade, por meio da canção, no período de guerrilha¹¹⁴. Explica que quando os canais de comunicação se apresentavam confusos, a canção era forma de transmissão de mensagens. Canta em uma das línguas nacionais e depois traduz a letra da música para o português: “povo, povo, vem para lutarem a guerra, porquê no tempo da independência, vocês e nós, vamos ficar alegre”. Referindo-se a uma época passada, diz: “até nós, as crianças, tínhamos um canto de (...) “mulher nessa idade pouca importa, o que importa é lutar, lutar, serem livres e liquidar os heróis coloniais”. Olivia Tchindongo expõe: “aquele era nosso cântico”¹¹⁵.

¹¹⁰ Para efeitos de discussão e confrontação, seria muito útil ver os textos por escrito, na língua original e em português, mas isso não foi possível.

¹¹¹ Entrevista de Salomé Epolua Chiuhamá - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

¹¹² Conforme sinalizei anteriormente, em muitos sentidos a “libertação” referida pelos militantes da UNITA assume outro significado, podendo se referir ainda à libertação da aliança russa-cubana com o MPLA.

¹¹³ Idem

¹¹⁴ PAREDES, Margarida. Entrevista de Olivia Tchindongo. Luanda, 2010.

¹¹⁵ Idem.



Julieta Massampala reitera, citando outra canção: “olhamos para a estrada e não aparecia nenhum jovem, porque todo jovem foi na frente de combate, a lutar contra o colonialismo”¹¹⁶. A palavra falada ou cantada era a mais acessível para a maioria das mulheres, pois muitas delas não eram alfabetizadas. Então, a comunicação discursiva encontrava ressonância.

Busco enfatizar a forma não convencional de mulheres de diferentes gerações agirem em tempos de guerrilha. Seja por meio de boatos, informações ou canções, contribuía, com base na oralidade, informando, incentivando e criando um imaginário de luta anticolonial. Isso fez com que outros se informassem e se posicionassem na guerra.

Elas usavam o poder de comunicação oral para se inserirem na luta, além, evidentemente, como foi demonstrado, de sua força de trabalho. O poder da comunicação oral, circulação da informação e dos boatos contra portugueses criaram clima propício de aparecimento das canções de guerrilha como arma de luta anticolonial, e isso remete ao poder de atuação de mulheres angolanas, de mulheres comuns na guerra.

Houve maneiras diferenciadas de fazer circular informações a partir da oralidade. Em alguns casos não identificamos seu emissor e receptor, apesar disso, em sua transmissão existia, implícita, uma ideia de “verdade”; circulavam informando pessoas, ao mesmo tempo que as situando na guerra.

Não à toa, na DGS, no Cuanza Norte, em 1970, registrou-se boletim reclamando que depois de um baile, pela madrugada, “num período de grande animação”, foram “entoadas canções aconselhando a população a fugir para a RDC”. Segundo o documento, “as canções incluíam palavras obscenas dirigidas aos portugueses”¹¹⁷.

Boatos, informações, canções, trabalho nas lavras demonstram situações e perspectivas diferenciadas do contexto de guerra. Versam sobre o modo como mulheres comuns vivenciaram e mais do que isso participaram desse acontecimento, inclusive utilizando recursos linguísticos para expressar revolta, não conformidade.

¹¹⁶ Entrevista de Julieta Massampala - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

¹¹⁷ ADN – DGS/ANGOLA – Atividades subversivas – Distrito do Cuanza Norte – 04.06.1970.



Criava-se, assim, uma credibilidade de guerra junto a pessoas comuns, encorajando populações e descrevendo situações “aparentemente” verdadeiras. As informações transmitidas por esses meios contribuía para o conhecimento das estruturas de guerra.

Testemunhas oculares da guerra: o papel das mulheres angolanas como informantes

Como demonstrei até aqui, é incontável o número de mulheres que contribuíram no projeto de formação dessa nova sociedade por meio do trabalho participativo. Elas laboravam, testemunhavam e informavam as contingências da guerra. Nos autos da DGS, referenciavam as localizações dos acampamentos, efetivos, segurança, ofereciam sinalizações, identificavam armas através de fotografias.

São elas quem, através do seu testemunho e das suas subjetividades, integrantes de diferentes “nós”, colocavam portugueses e os movimentos de libertação a par das condições sociais de guerra, das razões, convicções, suscetibilidades, medo, inseguranças que, por sua vez, implicavam suas escolhas no contexto de luta anticolonial.

As africanas informavam e movimentavam-se a partir de estruturas localizadas, também buscando se beneficiar, pelo seu poder de informação. Nas fontes administrativas e policiais portuguesas é referido que algumas delas são raptadas por diferentes sujeitos dos movimentos de libertação e depois, em fuga, apresentavam-se aos postos administrativos para prestar informações. Não podemos inferir ao certo os interesses em questão. Na luta emergente pela vida e segurança foram vários os caminhos “políticos” que, inseridos em situações imediatas, pautavam-lhes as ações.

A título de exemplo, em 1971, a africana Buçaco¹¹⁸ prestou esclarecimentos sobre um acampamento do MPLA e afirmou existir, em suas proximidades, uma concentração de população, na maioria mulheres, da qual era responsável uma tal Mariquinha¹¹⁹. De mesmo ano, a africana Umpulo, sequestrada em uma das operações

¹¹⁸ Como forma de resguardar a integridade das informantes, seus nomes originais foram preservados. Faço uso de pseudônimos, em substituição aos seus nomes originais. Utilizo a referência do lugar onde essas mulheres se apresentavam.

¹¹⁹ ADN-DGS – Acampamentos do MPLA – 22.05.1972.



militares dos portugueses, diz ter ouvido que a segurança dos acampamentos dos movimentos de libertação era garantida por sentinelas armadas¹²⁰. Outra depoente, a africana Cagita Luma Cassai afirmou que os homens dos movimentos de libertação abasteciam-se de mandioca das lavras de uma antiga aldeia¹²¹.

Na região do Moxico, em 1968, um industrial que trabalhava no corte de madeira disse que uma africana afirmara que os considerados “terroristas” tinham raptado o seu marido e que tencionavam, igualmente, raptar toda a população da área. Diante dessas informações, segundo a fonte, todas as pessoas que trabalhavam no corte de madeira não queriam regressar ao local¹²².

Esses relatos anunciam as nuances das atuações de mulheres em contexto de guerra, a relevância social do que as africanas comunicavam, por conhecimento, experiência, saber, ver, participar e ouvir dizer da luta anticolonial. Nos pequenos fragmentos destacados, as africanas versavam da existência de acampamento de mulheres, da segurança das bases dos movimentos de libertação, de seu abastecimento, no trabalho agrícola, o constante rapto de pessoas e materiais e o surgimento de boatos. Tais indícios nos permitem tecer algumas considerações das experiências dessas sujeitas na guerra, revelando as relações entre a população, portugueses, movimentos de libertação e mulheres.

Como mencionado anteriormente, a escuta de conversas particulares, a verificação de locais de armazenamento de armamentos, a espionagem, a coleta de informações e a realização de sabotagens constituíam formas estratégicas de atuação das mulheres angolanas. Embora essas práticas pudessem ser instrumentalizadas tanto pelos portugueses quanto pelos movimentos de libertação, as mulheres frequentemente as aproveitavam de maneira autônoma, explorando brechas e oportunidades que lhes permitiam agir como protagonistas. Assim, suas ações revelam agências próprias e diferenciadas, subvertendo estruturas de poder e reafirmando seu papel ativo na resistência e na guerra.

¹²⁰ ADN-DGS – Acampamentos do “MPLA” – 04.08.1971.

¹²¹ ADN-DGS – Acampamentos do “MPLA” – 29.01.1972.

¹²² ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 19.06.1968.



Nas fontes, existem registros de interceptação de mulheres para pedir informações sobre a localização das lavras¹²³. Foi comum o fato de homens dos movimentos de libertação contatarem a população que trabalhava nas lavras a quem pediam alimentação e perguntavam se tinham conhecimento de alguma operação militar portuguesa naquela área¹²⁴. Tais casos nos dão a dimensão do cotidiano de guerra, no modo como foi desenvolvendo-se ao longo de seus trezes anos.

Socialmente, segundo os documentos analisados, houve casos de africanas pertencentes a diferentes sobados que, acompanhando homens fardados e armados, teriam abandonado a região onde se encontravam para fugir da fome que passavam, em consequência da destruição das lavras onde trabalhavam¹²⁵.

Além do reconhecimento de serem os olhos e as vozes desse contexto de guerra, as atividades dessas mulheres teriam inclusive despertado o interesse da DGS no sentido de conhecer os nomes de algumas delas e identificar suas organizações e escolhas políticas, quando fosse o caso¹²⁶.

Tal fato aponta para o caráter ambíguo e ambivalente que muitas dessas mulheres assumiram, quer como guerrilheiras, quer enquanto informantes da PIDE/DGS. Tanto os movimentos de libertação como a PIDE tinham os seus informantes (mulheres, homens, crianças, sobas). Alguns por aliciamento, outros por persuasão e outros ainda por coerção. Como os registros acima assinalaram, havia também as relações íntimas entre a PIDE e mulheres. No que se refere aos movimentos de libertação, o MPLA, por exemplo, incorporou homens e mulheres na PIDE como informantes, muitos, ex-milicianos.

Desse modo, no cotidiano de uma vida marcada pela guerra, mulheres criavam suas próprias estratégias e espaços de manobra. Não é o fato de nos maquis os homens dominarem numericamente em termos de poder social e militar, que anulava o poder de ação das angolanas. Ao contrário, isso abriu espaço para que mulheres se

¹²³ ADN – DGS – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – Distrito do Moxico – 14.04.1963.

¹²⁴ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 15.01.1972.

¹²⁵ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 18.08.1970.

¹²⁶ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – Moxico – 25.03.1969.



comprometessem, embora estivessem situadas de maneira diferente em relação à luta anticolonial, a partir e dentro dela. Ressalto, no entanto, que, no diz respeito aos interrogatórios da PIDE/DGS, os testemunhos devem ser objeto de crítica, uma vez que se tratava de ocasião em que havia muita pressão exercida sobre os detidos, das respostas extorquidas, e, também das estratégias dos interrogados, “táticas essas que podem ser pessoais ou de grupo, de proteção ou de afirmação política”¹²⁷.

Não podemos desconsiderar ainda o grau de desconhecimentos ou de confusão das interrogadas; sem falar na ignorância daqueles que interrogavam, alguns dos quais não faziam supor as intenções individuais e/ou coletivas dessas mulheres.

Nesses testemunhos, algumas dessas mulheres comuns identificam não só os problemas ocasionados pela guerra ou as táticas militares desdobradas desse contexto, mas também os conflitos existentes entre os próprios movimentos de libertação. Ou seja, fazendo com que elas tivessem uma dimensão da guerra que até então muitos desconheciam. Ao mesmo tempo que combatiam o colonialismo português, conforme Mbah aponta, “a FNLA e o MPLA vão a dada altura combater em três frentes: contra as tropas coloniais portuguesas, entre eles, e enfim, contra um terceiro movimento, a UNITA”¹²⁸.

É o que tentou explicar uma mulher africana que juntamente com três crianças, ao apresentar-se às autoridades portuguesas, mencionou que desde o início da luta anticolonial no Distrito do Cuando Cubango passou a residir nas matas, a princípio, em região sobre o controle da UNITA, até ser contatada por homens do MPLA. Estes, segundo a fonte, disseram que naquela região tinham o objetivo de “lutar contra a UNITA”, “ocupar as regiões sob sua influência”, e “conseguir o apoio da população”¹²⁹.

¹²⁷ MESSIANT, Christine. “Em Angola, até o passado é imprevisível”. A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, críticas, necessidades atuais de investigação. Construindo o passado angolano: as fontes e a interpretação. In *Actas do II Seminário Internacional sobre História de Angola*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000, p. 852.

¹²⁸ MBAH, Jean Martial Arsene. *As Rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) – 1961-1975*. Luanda: Mayamba, 2010, p. 28.

¹²⁹ ADN – DGS/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Cuando Cubango – 20.06.1970.



A angolana mostra que havia conflitos de um lado com os portugueses, mas, por outro, entre os próprios movimentos de libertação. Esses casos demonstram a potência das informações de guerra, motivadas por mulheres. É também o caso de comerciante que vai a DGS e informa que teve conhecimento, por meio de uma africana, de que os homens da UNITA abandonariam as sabotagens para “se dedicarem a fazer emboscadas na estrada”¹³⁰. Cabe ressaltar que os comerciantes portugueses foram um recurso importante para a manutenção do Estado colonial. Em determinados contextos, a presença do Estado era feita por eles e pelos chefes de Posto, a estrutura hierárquica mais alta em muitas localidades de Angola colonial. Tal fato assinala a força da informação motivada por mulheres comuns angolanas.

De mesma fonte, outra mulher, “raptada” por um grupo do ELNA (Exército de Libertação de Angola/FNLA) e posteriormente informadora das tropas portuguesas, refere-se a que pessoas do MPLA aderiram à FNLA, aguardando oportunidade de seguirem para a República Democrática do Congo (RDC), com a finalidade de ser instruídos segundo as normas do ELNA¹³¹.

Encontrei ainda uma ocorrência na qual o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) da FNLA mantinha informadoras mulheres que, por sua vez, abordavam africanos desconhecidos procurando saber a sua proveniência e atividades¹³². Além disso, a denúncia revelava que o MPLA utilizava “raparigas politizadas” para pesquisa de informações que depois levavam para as lideranças nas matas¹³³.

Nesse quadro de luta anticolonial, apesar do número considerado excessivo, em 1967, foi registrado o fato de que estavam em Nganda Sundi 160 mulheres da UPA que pretendiam infiltrar-se em “TN” (tropas portuguesas) para recolha de informações¹³⁴.

Também nas aldeias, e mesmo nas chamadas “áreas de recuperação”, segundo a fonte, em região do Cuando-Cubango, africanos aparentemente desconhecidos

¹³⁰ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – Moxico – 22.05.1969

¹³¹ AHM – F7/B/SR13/SSR4 – cx. 277- Angola, 1960 – 1974.

¹³² Idem.

¹³³ AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx.245 – Angola, 1959-1971.

¹³⁴ AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx.244 – Angola, 1959-1971.



procuravam contatos com pessoas da população, mas prioritariamente “mulheres”, “velhos” e “crianças” para “obtenção de informações sobre dispositivos de segurança e armamento existentes”¹³⁵.

Assim como os africanos, a DGS já havia notado que em alguns “reagrupamentos” existiam pessoas dos movimentos de libertação que periodicamente apareciam nas vilas e aldeias na busca de dialogar com as populações e recolher informações¹³⁶.

Ou seja, além de reconhecer os conflitos travados no cotidiano de guerra, pela experiência, que, voluntaria ou involuntariamente, as obrigavam a participar da luta, na condição de informantes, espíãs ou observadoras-participantes, faziam escolhas ativas nesse processo dinâmico de atualização inerente ao contexto da luta de libertação.

A própria entrevistada Domingas Augusto Panza, capturada pela PIDE, quando perguntada se tinham acordo daquilo que deviam e não deviam dizer, revela que faziam acordos com as outras colegas de luta sobre o que falar. Ela responde: “sim, sim, porque quando te perguntam, essa pergunta você não responde assim porque senão trai os responsáveis que nós deixamos nas matas”¹³⁷.

Em contexto de guerra, elas tinham noção do que estava em jogo. Tal fato aponta que dentro de um mesmo projeto de integração quer colonialista quer nacionalista das populações, existiram, ou coexistiram, diferentes maneiras de atuação na luta.

Conclusão

As mulheres insurgem-se ao lado dos homens desde os tempos anteriores ao deflagrar da guerra, em papéis secundarizados, é certo, mas nem por isso menos importante, ou digno de ser dito. As experiências dessas mulheres como provedoras da guerrilha não foram valorizadas, seu papel como guerrilheiras não foi reconhecido.

¹³⁵ AHM - F7/B/SR13/SSR4 – cx. 278- Angola, 1960 – 1974.

¹³⁶ ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – Moxico – 23.03.1969.

¹³⁷ G.80. Entrevista de Domingas Augusto Panzo. Angola, 2010.



Contudo, não podemos esquecer do grande contingente populacional de guerrilheiras-camponesas, guerrilheiras-agricultoras, guerrilheiras-professoras, guerrilheiras-costureiras, atuantes na luta anticolonial.

A estrutura de guerrilha e os movimentos de libertação dependeram desse apoio, político e militar. Tornar o movimento dessas mulheres visíveis abre novas possibilidades de interpretação. Fornece evidências de uma imensidão de práticas dissidentes renegadas às construções pretendidas de uma versão oficial da história do nacionalismo em Angola.

O fato de essas mulheres serem iletradas não as impediu de ter acesso à informação e participação política. Ou seja, por meio de estratégias possíveis à época, usam a guerra em seu benefício e segurança. Contribuem como sujeitos históricos presentes por meio dos trabalhos agrícolas que realizavam e outras atuações possíveis, o que para os limites sociais da época representa certa artimanha. Mas isso não significou que elas estabeleceram uma relação uniforme com os movimentos de libertação.



Fontes

Livro

KASSEMBE, Dya; CHIZIANE, Paulina. O livro da paz da mulher angolana – as heroínas sem nome. Luanda: Nzila, 2008.

Jornais

Jornal Notícia. 1974.

Jornal ABC – Diário de Angola, agosto de 1962.

Jornal do Congo – 12.12.1963.

Entrevistas

Entrevista de Salomé Epolua Chiuhamu - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

Entrevista de Timbia Esperança - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

G.80. Entrevista de Domingas Augusto Panzo. Angola, 2010.

Entrevista de Antonieta Cesaltina Kulanda - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

Entrevista de Timbia Esperança - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

Entrevista de Salomé Epolua Chiuhamu - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

PAREDES, Margarida. Entrevista de Olívia Tchindongo. Luanda, 2010.

Entrevista de Julieta Massampala - LIMA/UNITA - Luanda, 2019.

Arquivos/documentação

Arquivo Histórico Militar - AHM - F7/B/SR12/SSR3 - Angola, 1959-1971.

AHM - F7/B/SR13/SSR4 - cx. 272- Angola, 1960-1974.

AHM - Manual de tática de Guerrilha – Relatório de contra-informação – Luanda, 13.08.1962

Arquivo da Defesa Nacional – ADN – DGS – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – Distrito do Moxico – 14.04.1963.

ADN – Boletim Informativo das Forças Armadas em Angola, notícias para a imprensa – 14 a 21 de agosto de 1963.

ADN – Boatos que circulam em Angola – 19.11.1964

ADN – Boatos que circulam em Angola – 23.11.64.

ADN – PIDE/ANGOLA – Actividade anti-portuguesa – Congo Brazza – 06.09.1965

ADN – SCCIA – Propaganda radiofônica – Zâmbia - 16.09.1965.

ADN – Luanda – 06.12.1966.

ADN – PIDE/ANGOLA. Atividade terrorista em Angola – Distrito do Bié – 11.12.1967.

ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 19.06.1968.

ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – Moxico – 23.03.1969.

ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – Moxico – 25.03.1969.

ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – Moxico – 22.05.1969

ADN – DGS/ANGOLA – Atividades subversivas – Distrito do Cuanza Norte – 04.06.1970.

ADN – DGS/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Cuando Cubango – 20.06.1970.

ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 18.08.1970

ADN-DGS – Acampamentos do “MPLA” – 04.08.1971.

ADN-DGS – Acampamentos do “MPLA” – 29.01.1972.

ADN – PIDE/ANGOLA – Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 15.01.1972

ADN-DGS – Acampamentos do MPLA – 22.05.1972.



Bibliografia

- BOSSET, Juliana. A cidade e a guerra. Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975). Niterói, 2014. Dissertação de mestrado.
- D'ANTAS, Lizete. Grupo feminino de Santa Cecília e o clero católico progressista nos anos sessenta. Luanda: Instituto Nacional das Industrias Culturais – INIC, 2012.
- KASSEMBE, Dya; CHIZIANE, Paulina. O livro da paz da mulher angolana – as heroínas sem nome. Luanda: Nzila, 2008.
- MABEKO-TALI, Jean Michel. Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977). Luanda, Editorial Nzila, 2001.
- MESSIANT, Christine. “Em Angola, até o passado é imprevisível”. A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, críticas, necessidades atuais de investigação. Construindo o passado angolano: as fontes e a interpretação. In Actas do II Seminário Internacional sobre História de Angola. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000.
- MBAH, Jean Martial Arsene. As Rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) – 1961-1975. Luanda: Mayamba, 2010
- M'BOKOLO, Elikia. “O Triunfo da ideia colonial”. In África Negra. História e Civilizações, tomo II. Do Século XIX aos nossos dias. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 455.
- MAKANA, Shieunda Selina. What the Body Remembers: Traumatic Narratives of War and the Wounded Female Body as Witness. In The War Needed Women: Gender and Militarization in Angola, 1961-2002. University of California: Berkeley, 2017. Degree of Doctor of Philosophy.
- MOORMAN, Marissa J. Intimating Nationalism: Gender in the MPLA's maquis. In PANTOJA, Selma; BERGAMO, Edvaldo A. SILVA, Ana Claudia da. (Org's). Angola e as angolanas: memória, sociedade e cultura. São Paulo: Intermeios, Brasília: PPGDSCI; FAPDF, 2016.
- NETO, Maria da Conceição. Angola no século XX até 1974. In : O Império Africano : séculos XIX e XX. VALENTIM, Alexandre (orgs). Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- NETO, Maria da Conceição. As fronteiras por dentro da nação – divisões étnicas, sócio-econômicas e sócio-políticas numa perspectiva histórica. In Angola: a crise e o desafio democrático. Luanda, 24 a 26 de agosto de 1992.
- PINTO, Tatiana Pereira Leite. Modernidade X tradição: homem novo e o “problema” racial e étnico em Angola In Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.
- REIS, Fidel Raul Carmo - Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996) - A configuração do campo político angolano: contributo para o estudo das relações raciais em Angola. Lisboa: ISCTE-IUL, 2010.
- RODRIGUES, Limbânia Jimenez. Heroínas de Angola. Luanda: Mayamba, 2010.
- SÁ, Ana Lúcia Lopes de. A ruralidade na narrativa angolana do século XX, elementos de construção da nação. Portugal: Universidade da Beira Interior, 2012. Tese de Doutorado.
- SILVA, D. A. S. da. Na cobertura da retaguarda : mulheres angolanas na luta anticolonial. Afro-Ásia, Salvador, n. 68, p. 252–294, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/53543>. Acesso em: 23 out. 2024.
- SILVA, D. A. S. da. As mulheres angolanas no imaginário colonial português: uma breve análise histórica. In. Revista da pós-graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo - USP Cadernos de campo, vol. 32, nº 02, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v32i2p.e207266>. Acesso em 27/08/2025.
- SIRINELLI, Jean- François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína.(orgs) Usos e Abusos da História Oral. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- VASQUES, Georgina. Da mãe que não fui: a experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX. Universidade do Paraná. Curitiba, 2015. Tese de doutorado.



Women in Struggle: Voices and Resistance in Post-Independence Angola and Mozambique

Abstract: Based on oral testimonies, military sources, and journalistic sources, this article proposes a theoretical and conceptual reflection on the experiences of women in the Angolan anti-colonial struggle. I interrogate the circumstances in which these individuals were called to take a stand and, in doing so, reconfigured their trajectories and roles, opening new paths for considering change. This article, in addition to highlighting the participation of these women in specific actions in the various provinces of Angola, also undertakes an interpretative exercise based on the "Book of Peace of Angolan Women," by Dya Kasembe and Paulina Chiziane, as a way to understand their positions within the context of the thirteen-year liberation struggle. The "voices" gathered here offer interpretations of history, revealing both the successes and the limitations of an independence process driven, among other things, by women from various regions of Angola, as protagonists. The choice was made to prioritize anonymous narratives, not as expressions of a definitive history, but as part of what gives it verisimilitude. In addition to highlighting other logics of belonging and building bridges and dialogues, I understand anonymous Angolan women as subjects of their own stories, as co-authors of the struggle against colonialism.

Keywords: Angola; Women; Anticolonial Struggle; Narratives.

Recebido: julho/2025

Aprovado: novembro/2025.